

**O CURSO DE GEOGRAFIA E O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970**

*THE COURSE OF GEOGRAPHY AND REGIONAL DEVELOPMENT IN
THE 1960s AND 1970s*

**Dulce Pereira dos Santos¹
Adriany de Ávila Melo Sampaio²**

Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes¹
dulcipsantos@yahoo.com.br

Universidade Federal de Uberlândia – UFU²
adrianyavila@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como propósito apresentar e discutir questões referentes ao Ensino Superior na região Norte de Minas, com ênfase no Curso de Geografia da FUNM, na principal cidade da região: Montes Claros (MG). O desenvolvimento na década de 1960, na região norte-mineira é exposto através da industrialização via Superintendência de desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Para tanto, a metodologia utilizada consistiu em fontes variadas como: legislações; atas de implantação do curso; livros de memorialistas; teses; dissertações e história oral. A relevância deste estudo justifica-se por apresentar contribuições ao debate teórico e também geo-histórico sobre a implantação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFIL, pertencente à Fundação Norte Mineira de Ensino Superior – FUNM/Curso de Geografia/licenciatura. Os resultados alcançados apontam que, dentro do recorte temporal deste estudo, os licenciados em Geografia tiveram presença marcante na sociedade montesclareense. O reconhecimento social foi visível tanto àqueles ligados à academia, quanto aos ligados a outras áreas profissionais, sempre pautados pela visibilidade da FUNM, que se tornou ponto de referência regional na formação profissional. Por fim, apontamos que o papel do Curso de Licenciatura em Geografia da FUNM foi cumprido ao formar professores para atuarem na região norte-mineira, contribuindo de fato para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Ensino Superior. Geografia. Norte de Minas. Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

This work aims to present and discuss some issues concerning Higher Education in Northern Minas Gerais region, with emphasis on the Geography Course of FUNM, in the main city of region: Montes Claros (MG). Therefore, the methodology used consisted of various sources such as: legislation; ata of course implementation; local newspapers; memorialists books; theses; dissertations; work completion course and oral

history. The relevance of this study is justified by presenting contributions to the theoretical debate and also geo-historical about the development of the city of Montes Claros (MG) besides the relation of this development with the implantation of the Superintendence of Northeast Development - SUDENE and the implantation of Faculty of Philosophy, Science and Letters - FAFIL belonging to the Norte-Mineira Foundation of Higher Education - FUNM / Course of Geography / licensure. The results obtained show that, within the time frame of this study, the graduates in geography had a strong presence in montesclarenses society. The social recognition was visible both those linked to academia, as to connected to other professional areas, always guided by the visibility of Norte-Mineira Foundation of Higher Education, which has become regional point of reference in vocational training. Lastly, we point out that the role of the Degree Course in Geography of FUNM was fulfilled to train teachers to work in the norte-mineira region, contributing in fact to regional development.

Keywords: Higher Education. Geography. North of Minas Gerais. Regional development.

INTRODUÇÃO

Podemos dizer que, no transcurso da década de 1960, com os desdobramentos da LDB/1961, a escolaridade passou a estar associada à garantia de emprego e, conseqüentemente, à melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores e ao desenvolvimento econômico e social do país. Desse modo, a criação dos cursos de licenciatura - como os de Pedagogia, Letras/Francês, Geografia e História, por exemplo - foi amplamente se estendendo pelo interior do Brasil, visando atender às necessidades de determinadas regiões nas quais o número de profissionais docentes habilitados era quantitativamente baixo, se comparado com aqueles dos grandes centros urbanos.

No Brasil, a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), criada em 1934, e do Departamento de Geografia em 1946, teve um papel fundamental no desenvolvimento da Ciência Geográfica no país e na formação dos licenciados para o ensino da disciplina. Vale ressaltar que antes da criação da FFCL/USP os profissionais que exerciam essa profissão eram advogados, engenheiros, médicos, seminaristas, dentre outros.

CONTEXTO HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA DA FUNM/UNIMONTES

Na década de 1960, e em um contexto desenvolvimentista e de expansão do Ensino Superior no Brasil, foi criado o Curso de Geografia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior em Montes Claros (MG). A criação do Curso de Geografia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior em Montes Claros (MG) iniciou-se juntamente com a difusão no Brasil da Geografia Quantitativa:

No Brasil, a geografia teórico-quantitativa teve difusão nos fins da década de 1960 e primeiro período na de 70, quando o Governo militar estava consolidado e procurava integrar a economia brasileira, como dependente a

economia mundial e projetava, de forma linear, um crescimento da economia brasileira que a levaria, segundo a propaganda, a colocar o país entre as grandes potências. Para isto, o governo acionou a Fundação IBGE que dispunha de ricas informações estatísticas e de um corpo de geógrafos que, em parte apoiou a utilização de novos métodos. Desprezaram a orientação francesa, até então dominante, enviaram geógrafos para fazer a pós-graduação nos Estados Unidos, promoveram a vinda de americanos e ingleses para ministrar cursos e seminários no Brasil e, através de livros e da Revista Brasileira de Geografia, divulgaram os novos métodos e técnicas (ANDRADE, 1992, p. 109).

Prevaleciam as discussões técnicas em detrimento das discussões acerca das questões políticas, econômicas e sociais, conforme descrito por Fiori (2013, p. 70).

No final dos anos 1960, os cursos de Geografia das IES federais passaram a ser parte dos Institutos de Geociências ou similares e não mais das Faculdades de Filosofia. Isto mostra o interesse do governo em torná-los mais técnicos e mais distantes de discussões políticas. Na USP, por ser estadual, deliberou-se que a Geografia permanecesse na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, mas muitos cursos pelo Brasil estiveram atrelados a Institutos de Geociências ou similares e ainda hoje estão inseridos nestes Institutos ou Departamentos.

Os cursos de Geografia tornaram-se mais técnicos devido à influência das características da Geografia Quantitativa. A fala de Moraes (1999, p. 188) confirma que a Nova Geografia “[...] é um instrumento da dominação burguesa, um aparato do Estado capitalista, são interesses claros os que ela defende: a maximização dos lucros, a ampliação da acumulação de capital, enfim, a exploração do trabalho”, além de mascarar as contradições sociais, legitima a ação do capital sobre o espaço terrestre.

Nesse contexto, o curso foi criado com objetivo de habilitar professores para atuarem no ensino de 1º e 2º graus (atual Educação Básica) em escolas públicas e privadas de Montes Claros, com um viés mais direcionado à teoria e pouco destaque à empiria.

A partir dessa primeira turma de concluintes do curso de Geografia, a demanda para ingressar no Ensino Superior foi aumentando e a procura pelo curso também. O mercado de trabalho era promissor, aumentava-se consideravelmente o número de escolas e, conseqüentemente, o número de profissionais para atuar nesses estabelecimentos. Uma parte dos formandos da primeira turma do Curso de Geografia tornaram-se professores da FUNM/FAFIL. Tivemos a oportunidade de conhecer e ser aluna de três desses professores, José Omar Peres (aluno da 1ª turma), Maria José Narciso Gomes (aluna da 1ª turma) e Maria Aparecida Costa (aluna da 3ª turma).

O Curso de Geografia da FUNM foi criado em um período no qual se intensificaram as políticas (inter)nacionais de escolarização da população e, dentre elas, as de formação superior de profissionais para atuarem nos ensinos primário e secundário. Foi fruto de articulações da comunidade para atender uma demanda local e regional. Segundo o livro de matrículas da FAFIL do ano de 1964, cerca de 40% desses alunos eram oriundos de alguma cidade da região norte-mineira.

Carmélia de Castro Macêdo (São Raimundo Nonato, Piauí), Carlos Rodrigues Monção (Montes Claros), Márcia Valadares de Melo Franco (Montes Claros), Maria das Dôres Rocha (Francisco Sá), José Omar Peres

(Montes Claros), Hermildo Rodrigues (Pedra Azul), Antonio Carlos de Souza Lima (Montes Claros), Regina Maria Peres Figueiredo Dias (Montes Claros), Laurita Mendes Ruas (Riacho dos Machados), Wanda Geraldina de Araújo (Monte Azul), Raimunda Nonata Rabelo Conceição, Maria Sebastiana de Queiroz Rabelo (Coração de Jesus), Luiz Gonzaga de Oliveira (Pará de Minas), José Eustáquio Machado Coelho (Montes Claros), Zanotte Chateaubriand Bezerra (Coração de Jesus), Geraldo Cardoso de Almeida (Montes Claros), Tomás dos Santos Rodrigues (Serro), Jair Alves Pinheiro (Teófilo Otoni), Maria José Narciso (Bocaiuva), Roberto Mauro de Amaral (Sete Lagoas).

Outro detalhe interessante verificado a partir da análise dessa relação de alunos é o número significativo daqueles oriundos de outras regiões de Minas Gerais e até de outro Estado.

Esses dados corroboram com a ideia de que a criação da FUNM/Unimontes desde o início teve Montes Claros como a cidade sede, mas sempre ligada à região norte-mineira, daí a origem do *slogan* que acompanha essa instituição desde 1964, “Universidade da integração regional”. Por isso, a implantação do Ensino Superior na cidade de Montes Claros/MG e em especial do Curso de Geografia diminuiu significativamente o déficit de professores habilitados no 1º e 2º graus nas escolas públicas e particulares da região conforme afirma uma das professoras fundadoras da FAFIL.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [...] veio trazer uma transformação cultural para a região, já comprovada, nesses vinte e cinco anos de funcionamento, com a diplomação de mais de três mil professores, que lecionam nas escolas de 1º e 2º graus, e na própria faculdade, com empenho e consciência do dever a cumprir. Se há contestação quanto ao nível de ensino, deve-se observar que a universidade, de qualquer parte do mundo, atualmente, está em crise, como outros valores, procurando novas formas de vida e expressão [...] Não obstante a soma de muitos problemas, e de erros, a Faculdade de Filosofia tem conseguido formar excelentes professores, que aí estão testemunhando a sua autenticidade e o relevante papel que desempenha dentro do nosso contexto sociocultural. Apesar das grandes dificuldades financeiras da FUNM, que nelas refletem, a Faculdade de Filosofia cresce harmonicamente e continua na sua destinação de formar homens de ideias, capazes de reflexão e de encontrar no humanismo o novo sentido, no quadro da era tecnológica em que vivemos (SILVEIRA, 1989, p. 17).

Segundo Lacoste (1985), a importância da Geografia como Ciência e como disciplina escolar advém do fato de que as referências ao fenômeno de dependência e de dominação perpassam pela riqueza de conceitos geográficos dúbios, como por exemplo: centro/periferia, relações Norte/Sul, Primeiro/segundo/terceiro mundo, tão presentes no recorte temporal desse estudo.

O CURSO DE GEOGRAFIA E AS QUESTÕES RELACIONADAS AO DESENVOLVIMENTO DA E NA REGIÃO NORTE MINEIRA

Daí a importância educacional da Geografia no sentido de promover o desenvolvimento e de modernizar a região onde está inserida. Salientamos que o Curso

de Geografia (Licenciatura) da FUNM não foi um curso que preparava a mão de obra para as indústrias, mas ajudou indiretamente, o objetivo era a formação de professores.

Em Montes Claros (MG), os cursos técnicos (preparação de mão de obra para as indústrias) ofertados principalmente pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) exerceram suas atividades a partir do final dos anos 1980, mas mesmo assim ter ou estar cursando o ensino superior já era um diferencial a mais para conseguir empregos nas indústrias que começavam a despontar nessa cidade.

Foi uma conjugação de fatores que ajudou a região a ter um novo perfil. (RODRIGUES, Hermildo, Março/2015).

Segundo o entrevistado, essa conjugação de fatores refere-se especificamente à chegada da SUDENE, à chegada do Ensino Superior e à vontade dos políticos locais/regionais em “trazer” o desenvolvimento para a região. As lideranças e a comunidade local mobilizaram-se e articularam-se para trazer o ensino superior para Montes Claros (MG). Essa movimentação toda contou com os políticos, as lideranças locais, a determinação das jovens fundadoras do curso (egressas da UFMG) e também com o apoio do Diretor da Faculdade de Filosofia da UFMG, o professor Arthur Versiani Velloso. Para ele, segundo consta na Ata de Fundação da FUNM, a capacitação de professores por meio de uma Faculdade de Filosofia contribuiria para estruturar com mais eficiência os cursos secundários, além de evitar a evasão dos jovens estudantes norte-mineiros. Segundo Hermildo Rodrigues, não podemos esquecer também da atuação do BNB; para ele o tripé: FUNM/SUDENE/BNB representava:

Quando os empresários ficavam sabendo que naquela região tinha faculdade, logo se interessavam em vir pra cá, a fala era: aquela região tem faculdade, melhora o nível da mão-de-obra. (RODRIGUES, Hermildo, março/2015).

Não esqueço do Incentivo Fiscal 34/18, a SUDENE financiava 70% para as indústrias e empresas agropecuárias que se instalavam na região e os outros 30% eram empréstimos a um juro subsidiado. (RODRIGUES, Hermildo, março/2015).

O incentivo fiscal 34/18 tem essa denominação por referir-se ao artigo 34 da Lei n. 3.395/61, modificado pelo art. 18 da Lei 4.869/65, que se referiam aos Planos Diretores da SUDENE (I, II, III).

O conjunto de incentivos fiscais e financeiros orientados para o desenvolvimento das atividades diretamente produtivas no Nordeste tem como instrumento mais importante e característico o mecanismo de deduções do imposto de renda para fins de investimento, comumente conhecido por 34/18. A SUDENE administra a política regional de incentivos do 34/18, e pode concedê-los a projetos industriais, agrícolas e de telecomunicações localizados em sua área de jurisdição. (GOODMAN, SENA; ALBUQUERQUE, 1971, p. 330).

Durante cerca de dez anos, as indústrias instaladas em Montes Claros ajudaram a região na geração de empregos; depois de passado esse período várias indústrias foram desativadas no Distrito Industrial de Montes Claros, transformando-se em um verdadeiro “cemitério de indústrias”.

Quando tentamos relacionar a Geografia com as questões ligadas ao desenvolvimento da e na região, percebemos, através das análises dos programas das disciplinas e entrevistas obtidas, que na realidade a preocupação com o desenvolvimento da região norte-mineira envolve o ensino da Geografia porque:

Geralmente, os alunos saem da universidade apenas transferindo conhecimentos numa demonstração evidente do desempenho de uma função calcada prioritariamente em livros didáticos. Em suas práticas, não fica explícita uma dimensão educativa em que o porquê e o quê ensinar são a base do processo pedagógico, o que revela, em suma, uma postura que evita a problematização e a investigação dos problemas concretos do cotidiano, principalmente os do norte-mineiro (ALMEIDA; PEREIRA, 2004, p. 53).

Um ensino contextualizado com os problemas e temáticas da região favoreceria um ensino mais crítico e interessante. A inquietação dessa autora é confirmada na fala de uma ex-aluna e professora do Curso de Geografia da FUNM, ao afirmar, em entrevista, que a pesquisa abrangendo temas regionais e a participação em eventos em outros Estados e até outros municípios só apareceu de fato, de forma mais frequente, na década de 1980.

A monografia naquela época era apresentação com projetos, sendo um desses projetos o Geografando Municípios Norte-Mineiros (1980 a 1990), quem coordenava era eu e Marina Carneiro. Os Trabalhos de campo relacionados ao Meio Ambiente eram feitos com a professora Maria Ivete. Houve alguns Congressos, Encontros e Simpósios Nacionais e Internacionais, essas viagens foram todas por via da AGB. Os alunos realizaram viagens para participarem de Encontros Nacionais e Internacionais sendo eles em: Belém (primeiro encontro que os alunos da FUNM participaram), Porto Alegre, Salvador, Recife, Buenos Aires e Cuba. Mas toda essa movimentação aconteceu entre 1980 e 1990. (COSTA, Maria Aparecida, 28 Maio 2013).

Salvo algumas exceções, como os temas para o seminário da disciplina Geografia Agrária, não percebemos discussões relevantes sobre assuntos da época. Para alunos, professores, gestores municipais e demais políticos envolvidos com o ensino superior e especificamente os envolvidos com a Geografia, a SUDENE representou a chegada do desenvolvimento e em nenhum momento questionam que desenvolvimento era esse, e quem realmente foi ou seria beneficiado por ele.

Mas, por outro lado, o ensino superior através da FUNM e o Curso de Geografia em especial, apesar de não serem suficientemente críticos, colaboraram para mudar o cenário segregado e desigual relatados ao longo deste trabalho.

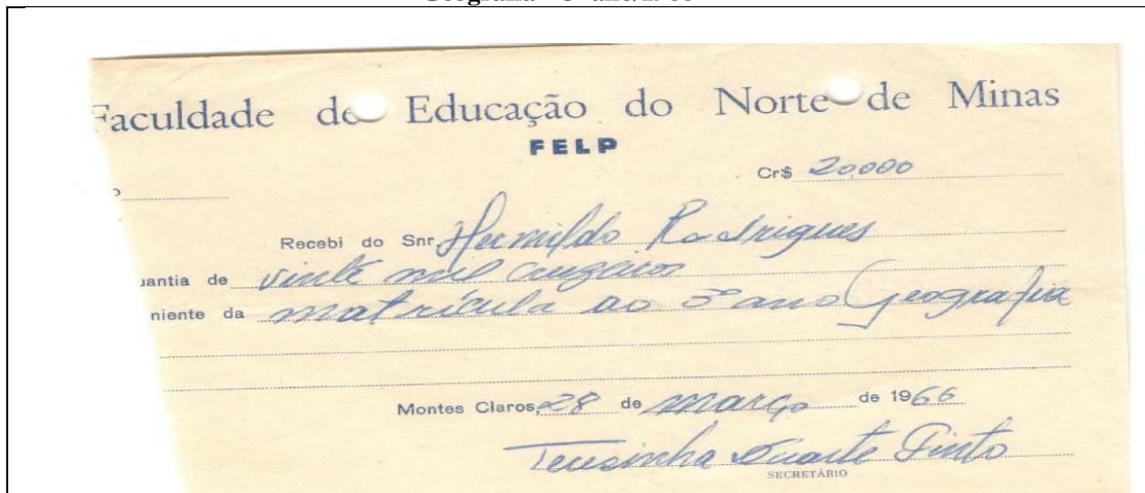
A Geografia pode fomentar na direção de um ensino mais crítico e dialético, romper com a visão estática da realidade, romper com a visão umbilical da própria Geografia de fechar-se em si mesma e mostrar claramente aos alunos que são eles, como seres humanos, os sujeitos construtores do espaço que estudam e habitam (KAERCHER, 1999, p. 77).

As ideias desse autor corroboram bem com o tão propalado desenvolvimento de Montes Claros e região na época da implantação da SUDENE, pois em uma análise crítica, a partir das falas dos ex-alunos da FUNM, alguns (não foi unanimidade) afirmam que o ensino superior foi excludente porque foram poucos os cidadãos

montesclarenses e norte-mineiros que tiveram a oportunidade de nele (ensino superior) ingressar, mas ao mesmo tempo foi um início importante de mudança ter um curso superior no Sertão das Gerais.

O valor da mensalidade era cara, isso por si só já excluía uma parcela da população que não daria conta de arcar com essa despesa, conforme podemos verificar através do recibo a seguir, datado de 1966, 3º ano do Curso de Geografia:

Figura 5 - Recibo de pagamento de um acadêmico da 1ª turma do Curso de Geografia – 3º ano/1966



FONTE: RODRIGUES, Hermildo, acervo próprio

Só para comparação, o salário mínimo em 1966, era no valor de Cr\$ 84.000,00 cruzeiros, a mensalidade no valor de Cr\$ 20.000,00 cruzeiros, corresponderia a 24% do salário mínimo, parece pouco, mas o poder de compra do salário mínimo nessa época não era o equivalente ao atual (2015). Portanto, consideramos o valor da mensalidade alta, tendo em vista que a cidade de Montes Claros apresentava problemas sociais e econômicos com o destaque para o desemprego.

A maior parte das despesas da Fundação, inclusive o salário dos professores, era paga com as anuidades dos alunos que, muitas vezes, viam-se ameaçados de interromper seus estudos por inadimplência com a instituição. Essa situação sempre gerava grandes impasses e inquietações: de um lado, professores com salários defasados; de outro, alunos carentes sem condições de pagar aumentos de anuidade (BARBOSA et al., 2002, p. 27).

Em 1989 ocorreu o processo de estadualização da FUNM, passando a se chamar Universidade Estadual de Montes Claros, as mensalidades foram extintas e o ensino tornou-se gratuito. Antes da criação da FUNM não existia o ensino superior na cidade de Montes Claros e as escolas secundárias eram poucas para atender a demanda dos jovens dessa faixa etária, por isso:

As famílias mais abastadas enviaram seus filhos para os grandes centros, para dar continuidade aos estudos, pois não havia aqui uma faculdade, e o maior centro mais próximo de Montes Claros era Belo Horizonte, e por dificuldades geradas pela distância muitos não chegavam a concluir seus cursos (VELOZO, 2008, p. 45).

O Curso de Geografia vivenciou essa experiência, pois as fundadoras eram moradoras da cidade que foram estudar na UFMG e retornaram com o objetivo de ajudar a implantar o Curso Superior na região. Mais uma vez percebemos que a demanda local juntamente com o interesse de pessoas da comunidade foram a mola propulsora da criação do Curso de Geografia em Montes Claros (MG).

O CURSO DE GEOGRAFIA, A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Assim, esse curso nasceu compondo o cenário de expansão do ensino superior, tanto no nível nacional, quanto no nível global, pois, segundo Santos (2002, p. 339), “[...] cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”. Veio ao encontro das aspirações da comunidade montesclarenses, semeando o saber e propiciando a qualificação de um significativo contingente de professores que, sem habilitação legal, já exerciam o magistério.

Baseando-se na análise da primeira estrutura curricular do Curso de Geografia e na fala dos ex-alunos e ex-professores entrevistados, dá para perceber, ainda que de forma sutil, a relação entre esse curso e o desenvolvimento regional, com destaque para a cidade de Montes Claros. O resultado foi uma dinamização cultural e até mesmo econômica que o ensino superior trouxe como legado.

Para Andrade (1992, p. 9), “[...] ao fazermos Geografia devemos levar em conta tanto o processamento do que vai ocorrendo diariamente na superfície do Planeta, como as ideias que norteiam a ação do homem nas transformações que provocam”.

Esse processamento citado por Andrade (1992) é toda uma vontade política da comunidade local que não mediu esforços para contribuir para o desenvolvimento de Montes Claros e região. Só que esse desenvolvimento era o desenvolvimento econômico que não deu conta e (ainda não dá) de amenizar os problemas referentes à desigualdade social na região. Mas alguns aspectos positivos merecem destaque, por exemplo, a participação em um processo de desenvolvimento regional, como agência formadora de recursos humanos, a atuação na estrutura educacional do Norte de Minas em parceria com o Governo estadual, a colaboração com outras instituições no estudo e solução de problemas e interesses do povo norte-mineiro.

Esse desenvolvimento baseado na industrialização, na infraestrutura, na intervenção do Estado, no caso em estudo a SUDENE, priorizou os aspectos econômicos em detrimento dos aspectos sociais, acompanhando o que acontecia também em nível nacional como bem coloca Andrade (1992, p. 10), “[...] o Brasil um dos maiores países do mundo, vive esse problema de crescimento com desigualdade que desafia seus pensadores na procura de soluções as mais diversificadas”. Como a Geografia pode ajudar no enfrentamento desses problemas? Autores como Fiori (2013, p. 47) ressaltam que:

Esta crença na ciência geográfica como mote do desenvolvimento é uma visão simplista, porque vê a ciência só como técnica, como possibilidade de progresso, sem considerar que o conhecimento tem relação com a ideologia, com a política e com diversificados tipos de intencionalidades, que não se resumem apenas à dimensão técnica.

Percebemos que o Curso de Geografia reuniu um pouco de ideologia, de política e de técnica porque, ao formar profissionais para o exercício do magistério, a população regional foi a grande beneficiada. Corroboramos com Waibel apud Fiori (2013) ao afirmar que para a solução dos problemas de um país ainda não desenvolvido, como é o caso do Brasil, nenhuma ciência é mais indicada do que a Geografia. Contextualizando essa frase podemos dizer que o Curso de Geografia foi o mais indicado para iniciar numa região que enfrentava problemas econômicos, sociais e principalmente da desigualdade que abrange todos esses aspectos.

O Curso de formação de professores de Geografia, ou seja, a Geografia no ensino ou o ensino da Geografia colaborou para o aumento da escolarização da população, provendo ao ensino médio professores habilitados. Também pode ter despertado, nos alunos desse curso, futuros professores das gerações seguintes e outras profissões por eles escolhidas, um olhar crítico, indicando caminhos para uma sociedade mais justa e igual.

Através das entrevistas, percebemos também que os primeiros alunos e também os primeiros professores eram oriundos de uma classe social mais elevada e a preocupação primeira destes era oferecer cursos superiores para que seus filhos não tivessem que se deslocar para os grandes centros e também formar esses professores para trabalharem nas escolas da região melhorando a qualidade do ensino, no caso dos cursos de licenciatura.

Podemos dizer que a geração de empregos por meio da industrialização via SUDENE era compreendida na época, tanto pela elite econômica, quanto para as classes menos favorecidas, como o principal recurso contra os problemas sociais, com destaque para o desemprego. No entanto Braga (2008, p. 108), ao realizar um estudo minucioso sobre a industrialização da área mineira da SUDENE, afirma que:

Nesses quase vinte e cinco anos de existência, a SUDENE não atingiu os objetivos a que se propôs quando foi criada – promover o desenvolvimento na sua área de atuação. O Estado planejando, subsidiando, estimulando, divulgando, gera condições para implantação de diversos estabelecimentos industriais, principalmente nos centros urbanos de maior significado, provoca e acelera o crescimento dos mesmos. Entretanto, sucede que estes estabelecimentos, na maioria das vezes privados, têm como obrigação a competição no mercado, utilizam muito mais o fator capital que o fator trabalho, não originando, assim, o número de empregos que pudesse vir a absorver a mão-de-obra que se incorpora a cada ano no mercado, agravando as tensões sociais.

A fragilidade do argumento de quem apostava na industrialização através da SUDENE para diminuir a desigualdade, focava apenas os aspectos econômicos, relegando a um segundo plano os aspectos sociais de responsabilidade do Estado.

Quanto ao Curso de Geografia, nota-se uma ausência de discussões sobre temas relacionados às questões sociais. Autores como Elise Reclus (francês) e Pietr Kropotkin (russo) não eram utilizados, talvez porque eles pregavam ideias de reformas sociais e defendiam as classes menos favorecidas como coloca Andrade (1992).

Para Reclus, os geógrafos deveriam fazer uma análise a partir dos seguintes princípios: que a sociedade está dividida em classes sociais, em consequência das formas de apropriação dos meios de produção; que esta diferença de classes provoca a luta entre as classes dominadas que aspiram a melhor sorte

e as classes dominantes que não querem perder o controle do poder e das riquezas; finalmente, que há uma tendência ao aperfeiçoamento individual e à melhoria das estruturas sociais em face do aperfeiçoamento progressivo do homem (ANDRADE, 1992, p. 57).

Ressaltamos que não era somente o Curso de Geografia da FUNM que não utilizava esses autores em seus programas, na verdade o pensamento de Reclus foi pouco estudado e explorado nas universidades e pouco utilizado pelos geógrafos brasileiros. Fica então a pergunta, se utilizavam tanto os geógrafos franceses, porque não trabalharam com Reclus? Talvez o contexto histórico do período (Regime Militar) e a própria Geografia Quantitativa não proporcionavam espaços para discussões sobre aspectos de ordem política, econômica e social que Reclus chamava de meio dinâmico contrapondo o meio estático representado pela natureza e pelo clima.

A atualidade desses temas tratados por Reclus e Kropotkin leva-nos a crer que a Geografia não deve ser dicotomizada entre a Geografia Física ou Humana, mas que devia haver uma interação entre os fatos físicos com os processos de ação do homem na sociedade.

Kropotkin preocupava-se com o ensino da Geografia, ou seja, preocupava-se com o papel da Geografia a ser desempenhado no processo educativo, tema também muito atual no nosso recorte temporal, bem como no presente (2015).

Muito preocupado com a educação e a formação da juventude e admirando os princípios de Pestalozzi, Kropotkin condenou a forma como era feito o ensino de modo geral, e o ensino de Geografia em particular, que, por ser muito teórico e rico em nomenclatura, não despertava o interesse dos estudantes; achava que os professores deveriam usar livros de viagens, de descrições de hábitos e de costumes dos vários países para despertar o interesse dos estudantes; levá-los ao campo a fim de que, pela observação compreendessem melhor as formas de relevo, a estrutura do meio rural e urbano, enfim, da paisagem (termo que ele usava com frequência) e, a partir daí, pudessem melhor compreender e interessar-se pelos textos didáticos, a respeito de áreas que não poderiam ser diretamente contactadas (ANDRADE, 1992, p. 61).

Baseando-se nas ideias desses geógrafos considerados libertários, surge um questionamento para ser analisado, o ensino de Geografia da FUNM era neutro? Fundamentando-nos nos estudos e pesquisas realizadas no transcórrer deste trabalho, imaginamos que havia sim certa indiferença em relação às questões sociais (pois, segundo esta pesquisa, as bolsas de estudos oferecidas pela FUNM/FAFIL, por exemplo, eram poucas e não davam conta de atender a demanda dos estudantes carentes), ao desenvolvimento, e até mesmo em relação à atuação da SUDENE na região.

Os recursos da SUDENE eram destinados mais para a indústria do que para a agricultura e menos ainda para a educação, apesar de uma das direções técnicas do Plano Diretor da SUDENE ser o aperfeiçoamento progressivo do fator humano pela eliminação da barreira do analfabetismo e ampliação da oferta de pessoal técnico. Enfim, a educação não foi uma preocupação da SUDENE em Montes Claros, as principais ações dessa superintendência foram os incentivos para instalação de indústrias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação da FUNM e do Curso de Geografia foi importante para o desenvolvimento da cidade e região, pois facilitou o acesso ao Ensino superior para a população da cidade de Montes Claros (MG) e região e principalmente contribuiu para a formação docente ao habilitar professores para atuarem no ensino ginásial e secundário nas escolas públicas e particulares, além de ser um fator de atração para as indústrias que aqui começavam a se instalar nesse período.

Outra questão observada neste trabalho é que, tanto o ensino superior em Montes Claros e região, quanto os cursos de Geografia seguiram os mesmos meandros do ensino superior em nível nacional, ou seja, a interiorização dos cursos superiores sempre na perspectiva da privatização desse ensino. Houve sim federalizações de algumas instituições de ensino superior nesse período, mas foram poucas. Nesta pesquisa não percebemos o ensino superior na região, apesar de ser privado, como um negócio lucrativo. Confirma-se na fala dos entrevistados que as dificuldades financeiras para manter essa instituição de ensino eram muitas e frequentes.

Ao mesmo tempo em que acontecia a expansão, acontecia também a interiorização do ensino superior no Brasil, e também a criação/interiorização dos cursos de Geografia que, no caso específico de Minas Gerais, ampliam a oferta em áreas consideradas afastadas da capital como Montes Claros, Uberlândia e Juiz de Fora. Em Montes Claros configura-se o ensino privado, considerado caro por alguns entrevistados, por isso o acesso ao ensino superior era considerado excludente e segregador.

Para finalizar este trabalho, apontamos que o papel do Curso de Licenciatura em Geografia da FUNM foi cumprido ao formar professores para atuar na região norte-mineira. Talvez essa Geografia ainda não apresentasse uma concepção dinâmica e contextualizada, haja vista que é somente a partir da segunda metade da década de 1970 e, em Montes Claros, bem mais tarde, que os professores de Geografia passaram a ter uma preocupação maior com as questões sociais. Mas, aos poucos a Geografia como dimensão significativa da educação escolar foi buscando alternativas na realização de projetos que proporcionassem vivências e oportunidades de se inserirem e atuarem nas problemáticas sociais regionais, contribuindo de fato para o desenvolvimento regional

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **Geografia: ciência da sociedade**. Recife, Patos de Minas: Editora Universitária, 1992.

ALMEIDA, M. I. S.; PEREIRA, A. M. (Orgs.). **Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: UNIMONTES, 2004. 130 p. (Volume 1).

BARBOSA, C. C.; JARDIM, A. F.; BATISTA, D. J.; ANTUNES, F. V. A genealogia de uma universidade: de 1962 a 1989. In: CALEIRO, R. C. L.; PEREIRA, L. M. (Orgs.). **Unimontes 40 anos de história**. Montes Claros: Unimontes, 2002. p. 15-48.

BRAGA, M. A. F. **Industrialização da área Mineira da SUDENE: um estudo de caso**. Montes Claros, MG: Unimontes, 2008.

FIORI, V. **As condições dos cursos de Geografia no Brasil**: uma análise territorial e de situação. São Paulo. 2013. 361f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GOODMAN, D. E.; SENA, J. F. F.; ALBUQUERQUE, R. C. de. Os incentivos financeiros à industrialização do Nordeste e a escolha de tecnologias. **Pesquisa e Planejamento**, Recife, v. 1, n. 2. p. 359, dez. 1971.

KAERCHER, N. A. **Desafios e utopias no ensino de Geografia**. 3. ed. Santa Cruz do Sul-RS: EDUNISC, 1999.

LACOSTE, Y. **Geografia do subdesenvolvimento**. São Paulo: DIFEL, 1985. 334 p.

MORAES, A. C. R. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1999, p. 166-176.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2002.

SILVEIRA, I. A importância da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no Norte de Minas. **Vínculo**, Montes Claros, n. 4, p. 17-18, 1989.

VELOZO, D. R. **A participação das mulheres na criação do Ensino Superior em Montes Claros/MG na década de 1960**. Centro Ciências Humanas. 2008. 99f. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIMONTES, Montes Claros, 2008.

Recebido para publicação em 3 de outubro 2016
Aceito para publicação em 22 de dezembro de 2016